

Contrato social para proteger o pobre

Francisco Góes

Do Rio

A presidente do Centro para o Desenvolvimento Global, Nancy Birdsall, disse ontem que pode ter chegado a hora de a América Latina adotar um contrato social que vá além das políticas sociais da última década. Segundo ela, esse contrato estaria direcionado às camadas pobres mas também aos domicílios “intermediários”, aqueles que correm maior risco de empobrecer.

Para Nancy Birdsall, cuja entidade tem sede em Washington, a adoção deste contrato social em economias abertas da América Latina requer políticas fiscais “brilhantes e audazes”, maior proteção aos trabalhadores de forma nova e acesso aos mercados dos países ricos, sobretudo dos Estados Unidos. Ela participou do painel “Agenda social e combate à pobre-

za” do seminário internacional sobre desenvolvimento do BNDES.

No debate, os participantes reconheceram que em muitos países da região houve uma deterioração das condições de renda das pessoas com aumento das desigualdades sociais. Birdsall reconheceu que a liberalização comercial não ajudou as camadas mais pobres, nem os extratos intermediários da população, e acrescentou que ambos foram prejudicados por períodos de alta inflação e volatilidade econômica.

O ministro do Planejamento, Guilherme Dias, que encerrou a sessão, disse concordar em parte com a tese de que as reformas feitas na América Latina foram inúteis, o que levou a um agravamento da situação social na região. “No caso do Brasil isso não aconteceu”, disse Dias. Ele afirmou que os dados disponíveis sobre renda e consumo não evi-

denciam que o “suposto” modelo neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso agravou a exclusão social no país.

Nancy Birdsall lembrou que a política social na região evoluiu em etapas, tendo acesso a fortes subsídios na época “áurea” dos anos 70; passando por restrições nos 80 e voltando a crescer em meados da década de 90.

Segundo ela, não houve sucesso no tratamento de pobreza e desigualdade na região. As crianças das famílias pobres passaram a receber mais educação mas em compensação o crescimento da taxa de juros nos países latino-americanos reduziu o número de vagas no mercado de trabalho. Birdsall acrescentou que os programas para a área social enfrentam ainda um problema de caráter político, que é a disputa com outras áreas do governo por recursos em fase de corte nas despesas.